



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10253 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A BNCC NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS

Marta Coelho Castro Troquez - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Elis Regina dos Santos Viegas - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

A BNCC NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS

Resumo: Este trabalho apresenta resultados de pesquisa qualitativa que busca analisar o processo de implementação da BNCC nas escolas indígenas do município de Dourados-MS. Procura-se responder a, pelo menos, duas perguntas básicas: Como tem ocorrido o processo de implementação da BNCC no município de Dourados-MS, no que tange às escolas indígenas? E, como as escolas indígenas têm respondido a este processo? Nessa direção, faz uso de análise documental e observação participante. Como resultados, evidencia-se que o município segue as determinações nacionais na implementação da BNCC e os atores das escolas indígenas procuram atender às orientações e solicitações da SEMED, mesmo enfrentando dificuldades. A BNCC parece representar para eles mais um documento que devem conhecer, “seguir” e gerir segundo seus modos próprios de ser.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. BNCC. Currículo.

Introdução

Este trabalho é produto de pesquisa cadastrada e vinculada à programa de pós-graduação em educação de universidade pública federal a qual investiga práticas curriculares em escolas indígenas e articula-se à proposta de estreitar interlocuções entre universidades, secretaria de educação e escolas indígenas que compõem a Rede Municipal Pública de Ensino (REME) de Dourados, Mato Grosso do Sul (MS), como forma de aprofundar o debate referente às relações educativas disseminadas nacionalmente e seus efeitos nas localidades que se apresentam realidades complexas, como é o caso das escolas indígenas.

No cenário atual, as discussões que envolvem o currículo oficial destinado à educação básica têm ganhado força em termos de políticas governamentais por meio das orientações advindas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tal documento tem sido apresentado como norte diretivo para mudanças nos currículos estaduais, municipais e escolares por todo país. Como discutido por Nicoletti, Nunes e Nicoletti (2021, p. 36): “o processo de criação da

BNCC foi longo, trabalhoso e, por muitas vezes, conflituoso, pois atravessou vários governos e concepções do mundo, de vida, de ser humano e de educação distintas”. De acordo com Gersem Baniwa, um dos 12 indígenas que participaram da elaboração da última versão da BNCC, “educadores indígenas e quilombolas, seus aliados e especialistas se debruçaram para domesticar o documento, tornando-o menos eurocêntrico e brancocêntrico” (BANIWA, 2019, p. 47).

Embora tenha sido, de certa forma, aguardada, por muito tempo e já anunciada na Constituição Federal (CF) de 1988, a BNCC, aprovada em 2017, suscitou muitos questionamentos da comunidade acadêmica, sobretudo, pela “centralização e intensificação dos princípios do mercado que se materializaram nos processos de sua elaboração” (SAUL; GARCIA, 2016, p. 1189), entre outros fatores. A própria Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), à época, desencadeou a campanha “#Aqui Já Tem Currículo!”¹, no sentido “dar voz às escolas, contrapondo-se a propostas verticais e homogeneizadoras de construção curricular, reforçando a luta pela democratização da educação” (idem).

No que concerne à educação escolar indígena, como uma das modalidades da educação básica nacional, possui diretrizes específicas que trazem princípios e orientações no sentido de garantir o respeito a suas línguas maternas e processos próprios de ensino e aprendizagem, conforme garante a CF (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996). A educação escolar indígena, adquiriu, a partir de lutas advindas do campo indígena e indigenista, o estatuto de ser específica, diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue e de ser realizada em escolas indígenas, por professores indígenas, com gestão escolar indígena, com currículos e materiais didáticos diferenciados (TROQUEZ, 2019). De acordo com suas diretrizes (BRASIL, 2012), os currículos da Educação Escolar Indígena devem ser organizados em uma perspectiva intercultural, “ser flexíveis” e adaptados aos contextos socioculturais das comunidades indígenas.

Neste contexto, evidencia-se a necessidade de apreender o processo de implantação da BNCC e de compreender os efeitos dos encaminhamentos curriculares verticalizados no contexto educacional indígena. Neste sentido, voltamos nosso olhar para o município de Dourados, o qual possui uma das reservas indígenas mais populosas no estado do MS. Assim, questionamos: como tem ocorrido o processo de implementação da BNCC no município de Dourados-MS, no que tange às escolas indígenas? E, como as escolas indígenas têm respondido a este processo?

Por meio de técnicas de análise documental e observação participante (entre os anos 2017 e 2020), buscamos analisar o processo de implementação da BNCC nas escolas indígenas do município de Dourados-MS, com ênfase nas decisões adotadas pela SEMED, instância responsável pelos encaminhamentos e/ou repasses técnico-pedagógicos da REME e, ainda dos posicionamentos das escolas indígenas.

A implementação da BNCC

É perceptível um grande esforço, desde 2017, por parte do governo federal e parceiros do setor privado, a partir de considerável número de documentos e recursos técnico-digitais para orientar a implementação da Base. Documento de caráter normativo, que define um conjunto progressivo de aprendizagens que todos os alunos (crianças, adolescentes e jovens) devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica.

Nessa direção, as Redes de Ensino brasileiras têm recebido, gradativamente, materiais pedagógicos (livros didáticos, manuais, cartilhas etc.), para fins de suporte e visibilidade para a “ideia” de garantia dos direitos de aprendizagem essenciais (BRASIL, 2017), atrelada ao desenvolvimento de competências gerais. Junto a isso, busca-se vincular uma postura “autônoma” por parte de cada sistema/rede de ensino e unidades escolares, no que se refere a adequação da BNCC à realidade local. No caso específico da educação escolar indígena, indica-se que,

[...] isso significa assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares (BRASIL, 2017, p. 17).

Diante disso, importa compreender como os sistemas/redes de ensino brasileiras têm se organizado para atender tais princípios, de forma a respeitar os posicionamentos tendo em vista as particularidades e adversidades que se apresentam em um país tão diverso e extenso, territorial, regional e culturalmente falando como é o Brasil.

O município de Dourados, MS, possui uma população de aproximadamente 222.949 habitantes e a reserva Indígena de Dourados possui uma população, em torno de 16.000 pessoas das etnias Kaiowá, Guarani e Terena. A REME, em 2020, atendia um total de 27.819 alunos. Neste universo, há 6 escolas municipais indígenas. Nestas escolas há 3.006 indígenas matriculados na educação infantil e no ensino fundamental (10,8% do total de alunos).

De acordo com a Lei Municipal nº 3.619 de 2012, art. 2º serão consideradas escolas indígenas “as localizadas em terras habitadas por comunidades indígenas e ou escolas que atendem exclusivamente alunos indígenas”. Ainda, na mesma lei, art. 12, aponta-se que “A educação escolar indígena deverá ser organizada com a participação das comunidades indígenas, observadas as suas especificidades étnicas e o respeito pelas suas necessidades, história, tradição e cultura” (DOURADOS, 2012), o que envolve a elaboração do regimento escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP), de cada escola em sua relação intrínseca com a comunidade na qual está inserida.

A construção de políticas públicas específicas de educação escolar indígena no município de Dourados é resultado de lutas e mobilizações de professores indígenas articuladas aos movimentos nacionais em defesa da educação diferenciada. A história da educação escolar na Reserva Indígena de Dourados revela sua vinculação inicial a políticas indigenistas marcadas por vieses etnocêntricos, práticas civilizatórias voltadas à homogeneização cultural e integração dos indígenas à sociedade envolvente (SOUZA, 2013; TROQUEZ, 2015). A CF de 1988 e as conquistas legais que a seguiram, como a Resolução MEC/CNE nº. 03 de 1999, que criou a categoria de escola indígena (BRASIL, 1999), marcaram um processo de mudanças. Isto fez com que o estado de MS e o município de Dourados organizassem as escolas indígenas sob suas responsabilidades. Desde o ano 2001, a Prefeitura de Dourados mantém uma gestão específica na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) composta por professores indígenas para tratar das políticas de educação escolar indígena. A partir de então, num processo de relação de forças constantes, sobretudo, por conta das sucessões de governos municipais e de diferentes gestões, as escolas indígenas vem procurando buscar o equilíbrio entre a igualdade e a diferença, no sentido de atenderem as normatizações legais e oficiais para a educação básica e, ao mesmo tempo, não negligenciar os princípios da especificidade, da diferença, da interculturalidade e do bilinguismo e/ou multilinguismo, direitos adquiridos com muita luta.

Nesse cenário, as escolas indígenas douradenses seguem, conforme a dinâmica da

comunidade a qual pertencem, mas sem desconsiderar as determinações traçadas via SEMED, sendo instância regulatória e fiscalizadora das ações implementadas.

No que diz respeito a implementação da BNCC no âmbito municipal, verificamos que esta vem sendo realizada dentro da organização sinalizada nacionalmente. Todas as redes de ensino devem rever seus respectivos currículos, tendo como caminho a (re)elaboração dos PPPs de cada escola pública. Em atendimento à determinação nacional, a SEMED optou por seguir o calendário estipulado (BRASIL, 2018) pela BNCC.

Por esse caminho, no ano de 2019, a SEMED implantou o PPP *online*^[2] - organizado por marcos situacional, conceitual, operacional e plano de ação -, formato de elaboração/revisão dos projetos que são inseridos na mesma plataforma no intuito de orientar o preenchimento do diário docente *online*^[3] - espaço virtual em que os professores inserem seus respectivos planejamentos - e de acesso dos gestores e demais profissionais de educação. Com esta orientação, as escolas indígenas no município de Dourados, também têm se mobilizado para cumprir as determinações de revisão dos seus respectivos PPPs.

Doravante, os documentos construídos evidenciam o esforço das escolas em buscar equilibrar a questão dos “direitos de aprendizagem” dentro de uma perspectiva de currículo mínimo e as orientações anteriormente traçadas, a exemplo dos referenciais e diretrizes nacional para as escolas indígenas.

Considerações

Os resultados do trabalho evidenciam que o município de Dourados segue as determinações nacionais na implementação da BNCC. No que diz respeito aos atores das escolas indígenas (professores e gestores), estes procuram atender às orientações e solicitações da SEMED, mesmo com algumas dificuldades, sobretudo as que dizem respeito ao uso da *internet* na reserva indígena. Mas também, buscam realizar atividades de formação e discussão coletiva sobre os pressupostos da escola indígena e suas relações com a BNCC. Estes têm clareza de seu papel de protagonistas na construção de uma educação diferenciada para seu povo/comunidade e podemos observar que a BNCC parece representar para eles mais um documento que devem conhecer, “seguir” e gerir segundo seus modos próprios de ser. Neste contexto, são muitos os desafios.

Referências

BANIWA, G. BNCC e a diversidade indígena: desafios e possibilidades. In: SIQUEIRA, Ivan Cláudio Pereira (org.). **BNCC: educação infantil e ensino fundamental**. São Paulo-SP: Fundação Santillana, 2019. p. 38-55.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – educação é a base. 3ª versão. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Constituição**. Coleção Legislação Brasileira. Brasília, DF, 05 de out.1988.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 03, de 10 de novembro de 1999**. Ministério da Educação. Conselho

Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC/CNE, 1999.

BRASIL. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular** - Orientações para o processo de implementação da BNCC. Ministério da Educação. Brasília-DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, poder legislativo, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Brasília, 1996.

DOURADOS. **Lei nº 3.619, de 12 de setembro de 2012**. Lei que institui e regulamenta a educação escolar indígena no Município de Dourado. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal. Diário Oficial nº 3.328. Dourados-MS: SEMED, 2012.

NICOLETTI, L. P.; NUNES, C. A. R.; NICOLETTI, A. G. S. P. A Base Nacional Comum Curricular e a educação básica. **Revista de Educação da Unina**, Curitiba, v.1, n.2, p.34-53, maio, 2021. [Disponível em: https://revista.unina.edu.br/index.php/re/article/view/29](https://revista.unina.edu.br/index.php/re/article/view/29). Acesso em: jun. de 2021.

SAUL, A.; GARCIA, A. Apresentação do dossiê temático: Aqui já tem currículo: produções e experiências educativas pelo direito à diferença e a justiça social e cognitiva. Políticas e práticas curriculares nas escolas: resistindo e (re)existindo ao poder hegemônico. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.04, p. 1184-1192, out./dez.2016. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: jun. 2021.

SOUZA, T. de. **Educação escolar indígena e as políticas públicas no município de Dourados (2001 – 2010)**. Campo Grande: Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: UCDB, 2013.

TROQUEZ, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)**. Dourados: Editora da UFGD, 2015. E-book.

TROQUEZ, M. C. C. Currículo e materiais didáticos para a educação escolar indígena no Brasil. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v.9, n.25, p.208-221, jan./abr. 2019.

[1] Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/anped-lanca-campanha-aqui-ja-tem-curriculo-o-que-criamos-na-escola>. Acesso em: jun. de 2021.

[2] Para maiores detalhes sobre a iniciativa. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/publieditorial/2019/plataforma-digital-do-projeto-politico-pedagogico-e-lancado-em-dourados>. Acesso em: set. de 2019.

[3] Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/>. Acesso em: set. de 2019.